

RELAÇÕES RACIAIS E VÍNCULOS FAMILIARES ENTRE FREQUENTADORES DE UM PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL INFANTIL

RACIAL RELATIONS AND FAMILY BONDS AMONG USERS OF A CHILD MENTAL HEALTH PROGRAM

RELACIONES RACIALES Y LAZOS FAMILIARES ENTRE LOS PARTICIPANTES DE UN PROGRAMA DE SALUD MENTAL INFANTIL

*Júlia Teixeira Bernardi**

*Vania Bustamante***

RESUMO

Este estudo verifica como os vínculos familiares se constituem em relação à raça entre os frequentadores de um serviço de saúde mental infantil em Salvador, Bahia. A principal fundamentação teórica é a psicanálise vincular e os estudos das relações raciais na psicologia. Utilizou-se um método misto em duas etapas: a primeira analisou os dados das declarações raciais das crianças atendidas, onde a maioria (84%) é declarada negra; a segunda consistiu em um estudo de caso de uma família acompanhada no serviço. Em tal estudo identificou-se como, em uma família negra, os vínculos estruturam defesas psíquicas contra a realidade do racismo. Foi possível relacionar a queixa apresentada com uma menor tolerância à agressividade das crianças negras e ao isolamento afetivo das mulheres negras. Assim, a raça se coloca como um não-dito que interfere na constituição dos vínculos, devendo ser considerada nas práticas de saúde mental.

Palavras-chave: saúde mental infantil; raça; família; psicanálise.

ABSTRACT

This study examines how family bonds are formed in relation to race among users of a child mental health program. The primary theoretical framework is psychoanalysis and studies on racial relations in psychology. A mixed-method approach was employed in two steps: the first analyzed data from the racial self-declarations of the children, in which the majority are considered black (84%); the second involved a case study. In the case study, it was identified how, within a black

*Psicóloga. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. Email: juliattbernardi@gmail.com

**Psicóloga, doutora em Saúde Coletiva pela Ufba, professora do Instituto de Psicologia da Ufba. Email: vaniabus@gmail.com

family, their bonds structure psychic defenses against the reality of racism. It was possible to relate the complaint presented to less tolerance for aggressive behavior in black children and the emotional isolation of black women, both conditioned by racism. Thus, race emerges as an unspoken factor that interferes with the formation of bonds, warranting consideration in practices for mental health.

Keywords: child mental health; race; family; psychoanalysis.

RESUMEN

Este estudio verifica cómo se forman los vínculos familiares en relación a la raza entre usuarios de un servicio de salud mental infantil en Salvador, Bahía. La principal base teórica está vinculada al psicoanálisis y los estudios de las relaciones raciales en psicología. Se utilizó un método mixto en dos etapas: en la primera se analizaron datos sobre las declaraciones raciales de los niños atendidos, donde la mayoría (84%) se declara negra; el segundo consistió en un estudio de caso de una familia atendida en el servicio. En este estudio se identificó cómo, dentro de una familia negra, los vínculos estructuran defensas psíquicas contra la realidad del racismo. Se pudo relacionar la queja presentada con una menor tolerancia hacia la agresividad de los niños negros y el aislamiento emocional de las mujeres negras, ambos condicionados por el racismo. Así, la raza aparece como algo tácito que interfiere en la formación de vínculos y debe ser considerado en las prácticas de la salud mental.

Palabras-clave: salud mental infantil; raza; familia; psicoanálisis

O racismo diz respeito a uma ideologia essencialista que divide o grupo humano em raças, que são determinadas por características físicas hereditárias comuns, na quais colam ao fenótipo qualidades morais, físicas, intelectuais e culturais tidas como inatas (Munanga, 2004). Eliane Costa (2015) formula a ideia de que o racismo é um sistema de dominação que funciona como um metaenquadre - conceito que denomina um enquadre amplo, uma moldura que sustenta arranjos internos dos grupos e das pessoas baseados em modelos, leis e enunciados ideológicos - violento para as pessoas negras e indígenas e facilitador para as brancas. A referida autora articula esses conceitos com o pensamento de René Kaës, que sustenta que o ambiente social e intersubjetivo do sujeito singular são um "resto por conhecer" do inconsciente:

Aquele que se singulariza em cada um de nós, constrói-se, de fato, nos vínculos e nas alianças em que se forma, nos conjuntos de que é parte constituída e parte constituinte: a família, os grupos, as instituições. Esse sujeito, enquanto sujeito do vínculo, é um sujeito “singular plural” e, nesse duplo sentido, ele é sujeito do inconsciente (Kaës, 2011a, p. 157).

Ele cita que Freud já indicava uma dupla existência de cada indivíduo - por um lado, ele é o seu próprio e, por outro, é submetido a uma cadeia da qual ele é elo, beneficiário, servidor e herdeiro (Kaës, 2011b). Assim, são concebidos três espaços psíquicos: o do sujeito singular, o dos vínculos intersubjetivos e o dos conjuntos complexos, ou melhor, das “configurações vinculares”, como os grupos e as instituições (Kaës, 2011b). A especificidade do inconsciente nas relações vinculares é ter uma lógica própria, contemplada pelo conceito-chave de alianças inconscientes (Castanho, 2015). As alianças são ligações formadas com interesse comum e compromisso recíproco entre os sujeitos, e, através delas, compreendem-se o advento e a manutenção de cada tipo de vínculo específico (Trachtenberg et al., 2011).

Para pensar a raça como enquadre das subjetividades, dos vínculos afetivos e dos processos de identificação racial no tempo presente, deve-se entender as ideias sobre raça particulares do contexto brasileiro. A racialização é uma tecnologia da colonização, em que uma ética de exclusão e naturalização das desigualdades delimitou intensa concentração de terras, rendas e cidadania (Faustino, 2019). Europeus brancos formularam uma identidade positiva para si usando negros africanos como principal contraste, construindo-os como “selvagens”, “bárbaros”, ameaças à vida e à segurança e, assim, justificaram muitas barbaridades cometidas (Bento, 2020).

O racismo no Brasil se dá através de sua própria negação: a ideia de democracia racial exaltou a miscigenação e retratou o país como um lugar de relações raciais harmoniosas e igualitárias, enquanto práticas discriminatórias sistemáticas perpetuaram a profunda desigualdade histórica de tratamento e oportunidades definida pela raça (Gomes, 2005). O processo político-ideológico que direciona o negro a assimilar a identidade branca para si é definido como branqueamento e nasce do medo do branco frente ao crescimento da população negra (Bento, 2016). Como a raça, no Brasil, é fortemente definida pela aparência, essa assimilação envolve o gerenciamento do corpo (Hordge-Freeman, 2018). Pessoas negras modificam suas características corporais, restringem sua navegação nos espaços públicos e ensinam isso a seus filhos, na medida

em que recursos econômicos e vantagens sociais são distribuídos com base na posição racial (Hordge-Freeman, 2018).

A aproximação do ideal branco “tem como objetivo e como efeito apagar os signos corporais do corpo negro, afilar seus traços como alisar ou raspar os cabelos, e, no limite, desejar o apagamento total do corpo negro, sua própria extinção” (Souza, 2021). Neuza Souza (2021) observou que a negação do próprio corpo e das próprias raízes provoca o auto-ódio, que, então, precisa ser dirigido a outro responsável, o que cria a violência. Portanto, o sofrimento psíquico causado pelo racismo deve ser percebido para além das situações individuais, como efeito de um contexto histórico-político que existe como enquadre para as relações sociais.

Mais recentemente, os estudos da branquitude dão outro enfoque estratégico, notando-se neles a ausência de um discurso explícito sobre os brancos na história do país e propondo-se a pensar como se estruturam essas subjetividades (Santos et al., 2012; Bento, 2020). A branquitude trata do lugar de poder do branco em um universo racializado onde si próprio é o modelo e projeta no outro as mazelas que não é capaz de assumir (Bento, 2016). Negar que seja beneficiária do racismo permite à branquitude continuar a escamotear o próprio racismo e não prestar contas, pois interessa-lhe manter sua posição de vantagens simbólicas e materiais (Bento, 2016). Schucman (2014) aponta que, entre as consequências psicológicas para o branco, estão a crença na própria superioridade moral, estética e intelectual e a fragilidade para tocar no assunto da raça, o silêncio em torno do racismo.

Diante disso, pode-se também refletir como as pessoas se apropriam das categorias raciais, considerando que o processo das identificações com o outro permite a formação dos vínculos intersubjetivos, pelos quais se transmitem ao sujeito os “discursos, sonhos, desejos, repressões e medos” compartilhados (Costa, 2020). O padrão de classificação racial recorre ao fenótipo preferencialmente, o que se repete nas relações interpessoais (Piza & Rosemberg, 2016). Nogueira (2006) já indicava que, no Brasil, a leitura racial é determinada pela aparência, e não pela origem. Assim, cor da pele, traços corporais - formato do nariz, lábios, tipo e cor de cabelo - e origem regional são importantes para identificar a raça (Piza & Rosemberg, 2016), e a principal função disso é obedecer ao ideal do embranquecimento (Costa & Schucman, 2022).

Em procedimentos de coleta de dados de cor da população, o grupo dos pardos é o que gera maior conflito para interpretação, visto que a variação

do pertencimento é maior e mais influenciada pelos significados sociais da cor (Piza & Rosemberg, 2016). Forças ideológicas que empurram as pessoas negras para o embranquecimento ainda têm um apelo atual, mas se deparam e têm sido confrontadas por outra linha, a contra-hegemônica do enegrecimento e da negritude propagada pelo Movimento Negro (Costa & Schucman, 2022). Nesse contexto, reconhecer-se preto ou pardo pode remeter a um estado de consciência racial e de afirmação positiva da identidade negra, o que ganha um sentido político-cultural (Costa & Schucman, 2022). O modo binário de classificação negro-branco, que unifica o preto e o pardo-negro, é defendido com o intuito de promover a luta pelo resgate dessa identidade racial, unificando a população negra rumo à transformação de sua realidade no Brasil (Piza & Rosemberg, 2016; Munanga, 2004).

Costa (2020) pensa como as pessoas negras se defendem psiquicamente de efeitos traumáticos do racismo, em suas vinculações familiares e comunitárias, através das alianças inconscientes. Nesse estudo, “clarear” as gerações seguintes foi uma preocupação para as famílias, ao mesmo tempo em que o moreno era valorizado em detrimento do branco e do mais escuro (Costa, 2020). Para Costa (2020), não tinha o significado de repúdio aos corpos negros, mas de atenuar as tormentas dos seus familiares com o objetivo de “morenamento familiar” (Costa, 2020). A transmissão desse ideal esteve assegurada pelo contrato narcísico, uma aliança originária dos grupos familiares que remete ao investimento narcísico provido a um novo indivíduo, quando o grupo lhe atribui um lugar devido e ele ganha a missão de manter a continuidade desse grupo (Kaës, 2011b). Dessa forma, os ideais, os valores, as palavras de certeza são transmitidos (Kaës, 2011b), e, assim, cada um se vincula à sua geração e à sua ascendência, o que garante a continuidade entre as gerações e um primeiro suporte identificatório ao novo sujeito (Tratchenberg et al., 2011).

Cida Bento (2020) também se utiliza dos conceitos propostos por Kaës quando teoriza o pacto narcísico da branquitude, em que esse grupo transmite sua herança acumulada, concreta e simbólica, como se tudo fosse conquistado exclusivamente por mérito (Bento, 2020). O pacto narcísico é uma modalidade de aliança inconsciente que se difere do contrato, pois é o resultado da atribuição de um local de perfeita coincidência narcísica (Kaës, 2011b). Ele é instituído através de violência e coerção e restringe a subjetivação e a autonomia de seus membros (Tratchenberg et al., 2011). Configura-se como um amor pelo igual que não permite e exclui o diferente (Costa, 2020). O silenciamento e a não implicação das pessoas brancas na

discussão do racismo, da discriminação e do rebaixamento moral, afetivo, econômico e político das pessoas negras são aspectos desse pacto (Costa, 2020).

Outros tipos de alianças podem ser destacados, como o pacto de negativo, que é um acordo inconsciente sobre o inconsciente, pois estabelece um algo inconcebível que liga os sujeitos (Kaës, 2011b). O negativo é necessário para que o sujeito se mantenha na complementaridade dos interesses de cada sujeito e de seu vínculo, mas cria “o não significável, o não transformável, zonas de silêncio (...) que mantêm os sujeitos de um vínculo estranhos à sua própria história a à história dos outros” (Kaës, 2011b).

A partir de um levantamento bibliográfico, foram encontradas poucas publicações sobre raça e vínculos familiares (Costa, 2020; Schucman & Gonçalves, 2017; Schucman, 2018; Santos & Santos, 2022; Schucman et al., 2017; Rezende, 2016; Brito 2013; Hordge-Freeman, 2018). Algumas delas são parte de uma pesquisa maior que originou o livro “Famílias Interraciais”, de Schucman (2018), o qual investiga os sentidos da raça e do racismo negociados e produzidos por famílias de casais interraciais. Ele destaca o mecanismo de negação da raça a partir do fato de que o branco consegue viabilizar o amor direcionado ao familiar negro sem desconstruir os estereótipos negativos atribuídos à raça negra (Schucman, 2018). Filhos negros lidam com familiares brancos cujo racismo é mais enraizado, e, muitas vezes, são pais que os amam e os violentam (Schucman, 2018; Santos & Santos, 2022). O ataque que sofrem pode ser tanto sobre a negação de sua negritude na família quanto sobre a violência racial mais explícita, na qual representações negativas sobre os negros são usadas para ofender, subjugar, machucar (Schucman, 2018; Santos & Santos, 2022). Ainda em casais interraciais, o branco pode utilizar argumentos difundidos para alegar não racista, como, por exemplo, ter casado com um negro (Santos & Santos, 2022).

Em contextos de racismo familiar, o anseio de se corresponder à brancura é alimentado como o modo de ser humano, o que é incongruente com a realidade do próprio corpo e da história da pessoa negra (Schucman, 2018). No desenrolar de uma das histórias, a filha crescida descreve que ser preta é algo que “dói”, pois remete a humilhação e agressão sofrida e infligida pela mãe branca e internalizada desde a infância (Schucman, 2018). Experiências como essa moldam não somente o estado afetivo momentâneo, mas ainda o modo como a pessoa confronta o mundo e os relacionamentos futuros (Hordge-Freeman, 2018). O relato também mostra

como essa mulher pôde ressignificar sua identidade negra entrando em contato com outras formas de ser negra, ao escolher mudar seu cabelo do alisado ao crespo natural, ao encontrar o rap que falava de questões raciais e ao se inserir nos movimentos sociais (Schucman, 2018).

A família é o ambiente que nos inscreve no mundo, no qual se estrutura o inconsciente das relações primárias cuja dinâmica de afetos tem um papel privilegiado na construção da intimidade e da identidade subjetivas (Schucman, 2018; Brito, 2013). Logo nas expectativas que aparecem durante a gestação, a cor do bebê é um dado importante, algo que marcaria sua identificação com a família situando-o na rede de parentesco e sob o desejo de continuação ou diferenciação, ao “puxar o melhor de cada família” (Rezende, 2016). Embora gestantes brancas prefiram marcas fenotípicas associadas ao branco, nessa pesquisa, não é uma regra para todas as mães o desejo de embranquecer a família (Rezende, 2016). No entanto, a aparência racial do bebê é motivo de pressão sobre a mãe explicitada com o uso do termo “barriga suja” para uma mulher que tem bebês negros, o que lembra a preocupação com pureza/higiene racial articulada no eugenismo (Hordge-Freeman, 2018).

A preocupação com a aparência se liga ao significado atribuído à raça e pode repercutir como sensação de insegurança nos vínculos, afinal o negro é marcado como diferente, reduzido e cristalizado à instância biológica, destituído de racionalidade, bondade, higiene e beleza (Santos, 2021). A incerteza da chegada de um irmão pode ser dolorosa para as crianças, mas, no caso de uma menina negra, o medo de perder o afeto dos pais pode ser ampliado com a possibilidade de o bebê ter os traços mais desejados pela mãe, como cabelo liso e pele mais clara (Hordge-Freeman, 2018). Isso ainda é reforçado na experiência escolar, já que suas amigas a provocam sobre seu cabelo “ruim”, “de bombril”, ofensas que se mostraram comuns e são dirigidas a meninas negras (Hordge-Freeman, 2018).

Assim, o afeto é distribuído dentro da família por critérios raciais, o que gera impactos negativos na autoestima dos negros. Não é necessário dizer que se gosta mais de um do que de outro, que os considerados mais brancos ganham centralidade nos cuidados que recebem e nos elogios sobre características raciais indicadoras de beleza, como olhos e pele claros (Hordge-Freeman, 2018). Isso aparece em um estudo etnográfico realizado com famílias em um bairro da Cidade Baixa, em Salvador, por Hordge-Freeman (2018). Ela repara nas estratégias usadas para lidar com a estrutura e a atmosfera raciais e explora como famílias negras resistem e reproduzem ideologias raciais, às vezes, simultaneamente (Hordge-

Freeman, 2018).

As mães negras, nesse contexto, sofrem escrutínio para se mostrarem “boas mães”, inclusive através das críticas de outras mães (Hordge-Freeman, 2018). Administrar a visibilidade de características raciais é um dos requisitos, além de ensinar aos filhos a forma apropriada de se comportar e se vestir (Hordge-Freeman, 2018). As estratégias das mães tem o sentido de “não trazer vergonha à família” e de cuidado, assim elas se tornam vigilantes para que seus filhos tenham chances de serem bem-sucedidos em ambientes não dispostos a negociar padrões racistas (Hordge-Freeman, 2018). Ainda, com o automonitoramento se espera evitar situações perigosas por conta do racismo, como encontros com a polícia (Hordge-Freeman, 2018). Famílias negras sentem dificuldades para orientar seus filhos sobre o pertencimento racial e a discriminação e para abordar diretamente o tema, mas, quando o fazem, relatam experiências positivas, relacionadas a saber elaborar estratégias de enfrentamento em episódios de racismo (Brito, 2013).

Este trabalho pretende atender ao objetivo de verificar como as vinculações familiares são afetadas pelas relações raciais entre frequentadores de um serviço de saúde mental infantil. Trata-se do Programa de Saúde Mental Brincando em Família, vinculado à Universidade Federal da Bahia e que integra ensino, pesquisa e extensão de modo permanente. O referido programa oferece cuidado à saúde mental de crianças e suas famílias de modo gratuito em dois turnos por semana. É formado por uma equipe de psicólogas e estudantes que aposta no brincar livre e na escuta de cada sujeito na sua singularidade e vincularidade (Bustamante et al., 2017).

Vale ressaltar que o Brincando em Família está localizado em Salvador, uma das cidades com maior proporção de pessoas negras no país - 80,2% da população se consideram pardos e pretos (Fernandes, 2019). Nesse cenário, coexistem a situação da população negra como maioria, a promoção de símbolos e práticas culturais de ancestralidade africana e a desigualdade racial. As microagressões do dia-a-dia, as disparidades de renda, a brutalidade policial contra negros, os altos níveis de violência, a desvalorização da beleza negra e as dificuldades para a ascensão social, como a precariedade das escolas públicas, são alguns dos imensos desafios para essas famílias em Salvador (Hordge-Freeman, 2018).

Este trabalho visa trazer contribuições para a incipiente discussão sobre relações raciais no âmbito do cuidado à saúde mental de crianças e suas famílias, indo ao encontro das problematizações de autores como

Emiliano de Camargo David (2021), para quem não considerar as questões de raça/cor na saúde mental infantojuvenil é seguir sustentando a raça branca como referência universal e ignorando experiências de sofrimento psíquico. E mais: é se fazer indiferente a algo fundamental para apreender o sentido de histórias, culturas e valores das famílias (David, 2021).

MÉTODO

Para cumprir o objetivo de refletir sobre as relações raciais e os vínculos familiares no âmbito do cuidado à saúde mental infantil, o método utilizado será de caráter misto e organizado em duas etapas. Primeiro, será realizada uma investigação descritiva (Creswell, 2010) a partir do levantamento das declarações raciais feitas pelas famílias que frequentam o Brincando em Família. Os dados quantitativos serão a distribuição das categorias raciais assinaladas em cada ficha de acolhimento, que segue a percepção da família e cujo preenchimento cabe ao acolhedor. Essa informação será integrada a dados qualitativos da declaração racial resgatados dos relatos de primeiro atendimento e fichas de acolhimento e serão elaboradas reflexões sobre os resultados.

Em um segundo momento, recorre-se ao estudo de caso único como postulado por Yin (2001), com o objetivo de entender como a racialização se relaciona com os vínculos intersubjetivos de uma das famílias frequentadoras do programa. Sua aplicação é preferida para investigar fenômenos complexos, na tentativa de se preservarem as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (Yin, 2001). O caso trata de uma família composta por mãe e filho - a quem demos os nomes fictícios de Fernanda e William -, a qual foi escolhida por apresentar elementos que consideramos emblemáticos sobre como as relações entre raça e vínculos familiares se apresentam no contexto pesquisado. A partir da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), os dados ganharam um tratamento interpretativo, buscando identificar e explorar os aspectos latentes que informam o conteúdo semântico.

Os resultados estarão organizados em três tópicos: o primeiro aborda de um modo amplo as dinâmicas vinculares que se apresentam quando os adultos são perguntados sobre a raça/cor da criança e de si mesmos; o segundo reflete sobre queixas de agressividade e racismo contra meninos negros; e, no terceiro tópico, discutimos as experiências maternas e as marcas do racismo e dos dispositivos de gênero.

DINÂMICAS VINCULARES NAS DECLARAÇÕES RACIAIS

Pensando nas famílias atendidas no programa Brincando em Família, é necessário lembrar que as experiências de racialização se dão desde a infância e podem ser vivenciadas dentro de casa, sendo importante considerar, ainda, o lugar que a criança ocupa na estrutura familiar (Silva, 2019). Durante os atendimentos à família, o preenchimento do quesito “raça”/“cor” é feito no primeiro dia, de acordo com a declaração da(o) responsável e, quando possível, da criança. Também faz parte do procedimento indicar, no preenchimento da ficha, se a declaração coincide com a percepção da acolhedora sobre a família, a partir de características fenotípicas observadas. Essa conduta permite levantar mais dados sobre a identificação com relação à raça, um processo que não é natural ou permanente e depende do lugar, tempo, contexto histórico e apropriação do tema pelo sujeito (Schucman & Gonçalves, 2020).

Foram pedidas as declarações raciais de 183 crianças que vieram pela primeira vez ao Brincando em Família, de janeiro de 2022 até junho de 2023. Suas famílias as descrevem como “negras” (40%), “pardas” (38%), “brancas” (10%), “pretas” (6%) e “amarelas” (3%). Seis famílias usam outras terminologias para designar raça-cor (6%), em geral para indicar tons de pele mais escuros, como “encardido”, “cabo verde” e “cor de índio”. Outro termo usado, em quatro momentos, foi “morena”. Agrupando-se as três categorias para unificação - “preta”, “parda” e “negra” -, como é preconizado pelo movimento negro e utilizada pelo IBGE, 84% das crianças são identificadas como negras.

Pelos relatos, é possível verificar que os adultos fazem ponderações sobre os critérios utilizados para definir a raça dos familiares com as acolhedoras. O processo de declaração envolve conversas inesperadas, contradições, intervenções familiares e correções (Hordge-Freeman, 2018).

Cor da pele e textura do cabelo são elementos que podem ser importantes para a declaração, e, por vezes, foi observado que se faz um uso literal do termo “cor”, que Costa e Schucman (2022) apontam como uma metáfora para o termo “raça”. Isso aconteceu, por exemplo, com o uso do termo “amarelo” ou “amarelo encardido” para crianças vistas como negras de pele mais clara ou brancas, fazendo menção ao tom da pele. Em um dos casos, uma avó, percebida pela equipe como branca e os outros membros da família como negros, define a todos da própria família como pardos. Ela justifica a autodeclaração tocando no braço e no cabelo e se diferenciando de traços relacionados ao “branco”: “O cabelo não é liso, a

pele é amarela. Para ser loiro, tem que ter o cabelo bem amarelo”.

Alguns traços podem ser colocados como evidência de uma negritude ou branquitude autêntica (Hordge-Freeman, 2018). Ao mesmo tempo, o fenótipo não é base suficiente para atribuição racial, já que gênero, status, classe e idade também são enxergados como variáveis determinantes (Hordge-Freeman, 2018). O ambiente cultural, a herança familiar e o desejo de se aproximar dos familiares também estão presentes enquanto determinantes, como no caso de uma mãe que é percebida como branca pela equipe do Brincando em Família, mas tem filha e esposo negros e se autodeclara negra. Ela afirma que, mesmo tendo a pele clara, “são todos negros”, devido à sua família e história.

De tal forma, o recolhimento da declaração racial é o momento em que a família pode refletir sobre seu pertencimento racial. Nem sempre se chega, de imediato, a uma das categorias raciais citadas, portanto muitas falas evidenciam a multiplicidade de significados e sentidos evocados quando pedimos para que digam a autodeclaração e a da criança. Enquanto uma criança é percebida como negra de pele clara pela equipe, sua mãe, que antes se autodeclara negra, primeiro reflete “ele é mais clarinho, amarelo, né?” para chegar à denominação parda. Hordge-Freeman (2018) observa que a socialização racial muitas vezes alimenta a ambiguidade e a inconsistência em vez da cristalização.

O termo “pardo” foi usado para designar pessoas de fenótipos variados, inclusive crianças e adultos percebidos como brancos. Para chegar à identificação “parda”, alguns adultos expõem o raciocínio de que não se encaixam nem como branco nem como negro, por isso tal denominação fica como meio-lugar. O “moreno” também foi bastante citado para descrever a raça, apesar de ambíguo, ao se tratar de pessoas com cor de pele mais escura que o branco. Em dois casos, o “moreno” foi atribuído a pessoas com tom de pele retinto, como um homem que difere da posição de seus familiares que se declaram negros: “preta é a cor de sua camisa, eu sou moreno”. Nesse sentido, pode-se supor que o “parda morena”, termo usado por alguns participantes para definir pessoas negras, é um modo de indicar que se trata de uma pessoa “parda” negra, sem dizer que ela é negra, o que pode ser inconveniente. Sobre o “morena”, recorre-se a uma identidade não branca valorizada em um contexto de relutância para denominar a si ou a outra pessoa como negra ou preta (Costa & Schucman, 2022). Piza e Rosenberg (2016) chamam atenção para a reinterpretação das terminologias raciais adotadas nos censos e para como isso demanda mais estudos microestruturais, no caminho de compreender os sentidos

que os conceitos raciais ganham para as pessoas na atualidade.

Algumas das famílias recebidas no Brincando em Família trazem relatos em que assumem a raça negra e contam que orientam os filhos para que se afirmem positivamente como negros. Uma mãe negra, de pele escura, relata uma fala da filha em que dizia ser “branquinha”. Essa mãe explica à filha que ela não é branca, apesar de ter pele mais clara que a dos pais, pois existem pessoas negras de pele clara e de pele escura. Outra mãe que se identifica preta conta que o próprio filho não aceita e conserta as pessoas quando o chamam de moreno. Tais achados reforçam as demonstrações de outras pesquisas sobre o embranquecimento não ser regra, na medida em que discursos contra-hegemônicos disputam o enquadre dos grupos familiares. As famílias negras têm dificuldades em orientar seus filhos sobre o pertencimento racial e a discriminação e em abordar diretamente o tema, mas, quando o fazem, relatam experiências positivas relacionadas a saber elaborar estratégias de enfrentamento em episódios de racismo (Brito, 2013).

Em alguns casos, a(o) responsável alega que não existe branco, como uma mãe que argumenta “no Brasil ninguém é branco, acho que somos pardos, amarelos”. Isso está presente em outros estudos de raça com famílias, geralmente com a ideia de que somos todos negros ou descendentes de africanos (Hordge-Freeman, 2018). Para membros brancos, isso pode estar mais presente, pois reconhecer seus privilégios dentro da própria família pode ser conflituoso (Hordge-Freeman, 2018).

No Brincando em Família, também aparece a contestação das classificações raciais. Ao ser interrogado por uma acolhedora sobre a raça da criança, ocorre o seguinte diálogo com um pai:

- Branca, parda, como é? Qual é?
- Estamos perguntando como você percebe.
- Branca, mas eu acho que não existe branco/negro.

As identificações raciais são indicadoras do pertencimento sócio-cultural-racial do sujeito que se dá na relação com os outros, em processos de identificações e diferenciações conscientes ou inconscientes (Costa & Schucman, 2022) que podem aparecer dentro da família. São processualidades que também se sustentam pelo metaenquadre do racismo, contexto que pode conter, sustentar, atrapalhar ou entrar o enquadre de determinado grupo familiar (Costa, 2015). No último exemplo, o pai que pergunta “qual é?” sobre a raça da filha e, logo após, declara que

não acha que existe branco e negro coloca, em um mesmo momento, seu incômodo para falar de raça e a ideia de igualdade racial. Para cada família, o movimento de negar a raça pode atender ao discurso dominante, mas deve assumir um sentido particular, que é necessário acolher e entender. Para as pessoas brancas e negras, o trabalho psíquico de “enxergar a raça” deve lidar com diferentes efeitos da existência racializada, como a própria fragilidade para falar de raça para as brancas e como as marcas psíquicas que minam a identificação de pessoas negras (Schucman, 2014; Silva, 2019).

QUEIXAS DE AGRESSIVIDADE E RACISMO CONTRA MENINOS NEGROS

Quando chega ao Brincando em Família, em 2022, William está com 4 anos de idade. Ele é o único filho de Fernanda, que o acompanhou durante os oito atendimentos em que vieram ao longo de seis meses. Fernanda é uma mulher negra de pele retinta, de olhos escuros e de cabelos também escuros e cacheados que costuma usar soltos. Já William é um menino percebido como negro, de pele marrom clara, olhos verdes e que chega de cabelo sempre raspado, rente à cabeça. Chama a atenção da equipe o modo como Fernanda declara a raça de seu filho logo no primeiro dia: “Preto ele não é; preta sou eu. Só pode ser branco, né, galego. Se eu estiver errada, pode me dizer”. E ela tenta, brevemente, buscar a resposta da acolhedora que a recepciona, que respeita sua perspectiva e indica que não há uma resposta certa. Mãe e filho moram sozinhos, e, no momento dos relatos, Fernanda estava desempregada, recebendo Auxílio Brasil e ajuda financeira de sua mãe. O pai deixou de morar com eles quando William tinha 6 meses, não participa da vida do filho e paga uma pensão alimentícia “pequena”, às vezes com atraso, obtida por meio de recurso judicial.

William é encaminhado para o programa Brincando em Família devido a queixas da creche, uma escola particular em seu bairro. Durante os atendimentos, ele demonstra entusiasmo para brincar, mas fala pouco e muitas vezes é difícil entender o que diz. No entanto, parece compreender as instruções que lhe são dirigidas, respondendo de acordo. Em seu relatório, a escola indica “dificuldades de concentração, atenção e disciplina”; “comportamento agitado e agressivo”; que William “ainda não desenvolveu habilidades suficientes para o convívio no ambiente escolar”; e que “usa de meios físicos para alcançar o que deseja”, como gritar,

morder e arremessar objetos. A professora relata que ele se torna agitado em sala, recusa-se a participar das atividades e reage com raiva quando é contrariado. Uma das respostas utilizadas para contê-lo é retirá-lo da sala para tentar “tranquilizá-lo”, ao que ele reage com chutes e murros.

Fernanda é constantemente chamada para buscá-lo, o que interfere em suas responsabilidades diárias e na busca por emprego. Isso a mantém em constante estado de alerta e preocupação, mesmo quando William está na escola, pois ela espera ser chamada a qualquer momento. Além disso, foi recomendado que Fernanda buscasse ajuda profissional com um neuropediatra, o que a leva a um serviço de saúde mental municipal, que encaminha sua demanda para o programa Brincando em Família. As queixas começaram logo após William iniciar as aulas, sua primeira experiência escolar após os dois anos da pandemia de Covid-19, um período de poucas saídas e socialização restrita ao círculo familiar. Nas palavras da escola, ele não atende “à expectativa de desenvolvimento oral que compete à sua idade”, marcando-o como uma criança com quem é difícil se comunicar.

Além das queixas em relação a William, Fernanda também expressa preocupações sobre o tratamento diferenciado que a escola dispensa a seu filho, relatando que as professoras não são afetuosas e o deixam excluído. Ela observa que os colegas de turma costumam evitá-lo e que chegou a testemunhar uma ocasião em que William tentou abraçar outra criança e essa se esquivou. Em um episódio emblemático, Fernanda percebeu como negligência dos professores não tocarem seu filho e observarem que ele estava doente, com febre alta.

Ao brincar no Brincando em Família, William traz personagens e elabora uma narrativa, geralmente retrata personagens “do mal” que têm raiva, mordem, batem com força uns nos outros e destroem tudo. Às vezes, os bonecos mudavam a direção e são cuidados, alimentados e colocados para dormir ou viram uma família. Foi observada uma riqueza simbólica de seus jogos, e buscou-se um cuidado ancorado na relação transferencial, em que ele pudesse, brincando, simbolizar suas experiências e exercitar sua capacidade de se relacionar com os outros. Apareceram alguns conflitos com outras crianças, como a disputa de um brinquedo que outro menino tentou puxar de sua mão, os quais costumavam ser resolvidos quando se conversava propondo alternativas, como dividir ou pedir de volta o brinquedo. Alguns comportamentos de agressividade relatados pela escola não foram observados no atendimento.

Destaca-se, então, a atitude da escola diante dos comportamentos de agressividade de William, de retirá-lo do ambiente de convívio e de responsabilizar a mãe. Considerando que as queixas frequentes têm marcado William como uma criança agressiva e difícil de comunicar, efeitos desse discurso podem ter sido reproduzidos no seu modo de brincar. Os relatos de Fernanda indicam que a escola busca uma explicação para os comportamentos de William ora pela via médica, exigindo que busque o neuropediatra, ora responsabilizando-a, relacionando os incidentes ao modo como ela educa William. Quando é chamada para conversar, uma orientadora escolar pergunta se William não é mimado demais e “de que adianta andar todo arrumadinho assim e não ter a cabeça boa?”, mostrando parte de um olhar violento e estigmatizante sobre a criança.

No Brincando em Família, queixas sobre problemas comportamentais e emocionais “externalizantes”, como agressividade, agitação, desobediência e delinquência, chegam em maior número sobre os meninos e crianças negras (Bustamante & Flynn, no prelo). Lima (2021) também indica que transtornos de conduta são mais identificados em jovens moradores de áreas urbanas pobres e em afrodescendentes. Sendo os “problemas externalizantes” mais incômodos e indesejáveis que outras manifestações, Bustamante & Flynn (no prelo) sugerem que sua combinação com atribuições negativas aos negros resulta em menor tolerância para crianças pretas e pardas negras, como é o caso de William. Além disso, espera-se cordialidade do negro diante do racismo, portanto também diante de alguma vivência dura, de tratamento desumanizado (Faustino, 2019). Isso é acompanhado pelo fato de que, na saúde, os “problemas” comportamentais são tratados por uma perspectiva medicalizante e individualizante, o que também explica as exigências da escola de William, que culpabiliza a família e se apresenta pouco implicada no processo de cuidado com a criança (Bustamante & Flynn, no prelo).

Para a construção da autoestima, dois aspectos são enfatizados: o sentimento de pertencimento a um grupo e o desejo de existir no olhar do outro, de ser gostado (Instituto Amma, 2008). No caso de William, frente ao isolamento sofrido na pandemia e à sensação de não ser acolhido pelos colegas e professores, não interessaria olhar para um mal-estar emocional da criança? Fernanda usa a palavra “rotular” para descrever a atitude da escola sobre ele, remetendo à agressividade como característica que foi colada a William. Uma criança negra ser percebida limitada em sua agressividade se aproxima a uma abordagem de racismo, em que o negro é essencializado em significantes como a incivilidade (Schucman &

Gonçalves, 2020). Também se repete um modo de lidar, afastando-o da sala de aula, isolando-o como um problema em si - ou seu comportamento é apaziguado, ou não se pode estar com o grupo. Portanto, a raça se coloca como um não-dito que fragiliza os vínculos, promove a estigmatização e impede escutar o que diz a criança em seus comportamentos.

Por um conjunto de traços associados à negritude, William é uma criança que pode ser identificada por outros enquanto negra, em diversos espaços, o que significa poder sofrer racismo. Porém, Fernanda o declara como branco, possivelmente como um mecanismo de defesa para lidar com a realidade racial e evitar a especulação de racismo, mesmo quando ele enfrenta tratamento diferenciado na escola. Existe a chance de que Fernanda não queira seu filho identificado com ela por meio de uma violência sobre a qual não tem controle, pois não se mudam de uma hora para a outra a sociedade e as ideologias nela engendradas. Embora reconheça a discriminação contra seu filho, ela atribui isso à “agitação” e espera que esses comportamentos sejam apenas “birra”. No caso de ser “só birra”, pode-se tentar medicalizar, disciplinando ou medicando a criança. Vale lembrar que, apesar da exclusão através do estigma racial ser algo presente e cotidiano, sua associação com o racismo é historicamente negada, dificultando-se o reconhecimento e a validação de vozes negras que o denunciam. Essa negação possui a função de proteger a branquitude, um lugar de indivíduos e de instituições, e remete ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022).

Diante das peculiaridades do racismo no Brasil, em que não se pode apontá-lo, em que existe um “racismo sem racistas”, é necessário para as pessoas negras encontrar formas de elaborar experiências de discriminação em modos particulares de enfrentamento psicológico (Instituto Amma, 2008). Pode-se ponderar sobre como Fernanda protege a si e ao filho destacando a forma como o apresenta: exalta os traços mais brancos ao chamá-lo de galego, remete a uma branquitude “mais branca” de pele e olhos claros e, assim, garante que as pessoas vejam o que é mais valorizado, o que é uma maneira possível de buscar defesa contra o racismo. Ao mesmo tempo, deixa em silêncio sua negritude, o outro lado dessa defesa onde repousa o vínculo da ordem do negativo (Castanho, 2015). Nesse discurso, Fernanda evidencia um pacto denegativo sobre a racialização do filho, uma ideia que sustenta o vínculo entre os dois e é transmitida na forma como ela o apresenta e o educa.

MULHERES NEGRAS, DISPOSITIVO MATERNO E RACISMO

No Brincando em Família, foi possível escutar Fernanda e captar a centralidade de seu lugar como mãe de William nos vínculos familiares. Ela fala estar 100% voltada a William agora, e a pressão da escola cobra que ela se dedique ainda mais. Diante de um racismo engendrado, destaca-se a maternidade, que é coberta de exigências, constantemente avaliada e culpada por qualquer indício de “falha” na criação (Zanello, 2018). A raça se coloca como um segundo lastro para a culpabilização de mulheres como Fernanda, que desenvolve suas maneiras para responder à pressão e ao julgamento da escola. Em suas conversas, Fernanda enfatiza a dedicação integral aos cuidados com o filho e a impossibilidade de deixá-lo aos cuidados de outra pessoa. Se, de um lado, ela não percebe a escola atenciosa com seu filho, do outro sua família não “dá conta” de estar com ele. Seus pais, avós de William, moram na vizinhança, e ela indica sua mãe como a única pessoa a quem pode pedir ajuda. O pai de William não é considerado porque ela não confia nele, além de não ter contato com o próprio filho há longo tempo.

Outra via sobre a qual famílias negras lidam com um mundo racializado é a transmissão de valores, ideais e recursos garantida por uma aliança estruturante, que é o contrato narcísico. No estudo de Hordge-Freeman (2018), socializar os filhos em comportamentos que mostram sua educação é preocupação de duas mães negras que pensam em combater, dessa forma, o estereótipo de que famílias negras são incivilizadas e selvagens. No Brincando em Família, Fernanda se mostra empenhada em valorizar os estudos: conta da inteligência de William, enaltece suas habilidades de contar em inglês e português e de gostar de matemática. Para acompanhar William nas atividades da escola, Fernanda empunha uma régua e bate “de leve” quando ele erra, o que ela descreve tanto como “alerta” quanto como produto de sua própria impaciência. De certa forma, os métodos mais rigorosos servem para assegurar a importância dos estudos, o que pode ser entendido pelas famílias como forma de alçar as gerações seguintes a um lugar melhor (Hordge-Freeman, 2018), mas também indicam o que foi dito anteriormente sobre a preocupação das mulheres negras em disciplinar seus filhos: é um modo de cuidar em que o “estar de olho em tudo” que a criança faz - dito por Fernanda - segue a expectativa de um preparo para o sucesso futuro.

O contrato narcísico remonta à ideia de Freud de que a criança nasce herdeira dos sonhos e dos desejos não realizados por seus pais (Kaës, 2011). Pensando nisso, buscar “o melhor” para as gerações futuras é um

aspecto que Fernanda destaca em seus pais, que “se acham melhor que todo mundo”. Como cada nova adesão a um grupo recoloca em causa os elementos do contrato narcísico originário, os termos estabelecidos entre o núcleo Fernanda-William precisam retomar o da geração anterior (Castanho, 2015). Por isso, a mesma mensagem dos pais é transmitida por Fernanda, ao falar sobre a escolha da escola atual: “Nós buscamos o melhor para ele, aí nos indicaram essa escola, que é muito boa, religiosa”. Apesar de se incluir na escolha, ela diz que não é religiosa e, hoje, percebe que não gosta dessa escola, mas o mantém lá porque outras não têm a infraestrutura de que William precisa.

Fernanda conta que seus pais são conservadores: julgam-na por ser “mãe sem marido” e não aceitam que William “fique andando na casa dos outros”, o que inviabiliza sua socialização com crianças fora da escola. A sujeição narcísica às exigências do conjunto é necessária à subjetivação, mas pode ser excessiva (Castanho, 2015). De qualquer modo, apostar no vínculo com os pais parece crucial para Fernanda no momento, pois é com a mãe que conta financeiramente e para apoiá-la no cuidado com o filho. Como uma “mãe sem marido”, buscar “o melhor” e estar de acordo com os pais pode implicar um maior trabalho para Fernanda. Autoexigente nos cuidados com o filho, ela estende seu crivo para outras mães, afirma que “hoje em dia, a maioria das mulheres só sabem parir, mas não são boas mães”. Cuidar da criança, fazer uma comida gostosa, dar banho, ter atenção, são qualidades da “boa mãe” que ela descreve. No entanto, é importante ressaltar que essas tarefas exigem constância e um grande trabalho, inclusive psíquico, e a “boa mãe” não pode existir só.

Para Winnicott, fazem parte da função paterna o suporte emocional à mãe e a ajuda para que ela saia do estado de preocupação exacerbada com a criança, possibilitando o início da separação entre ela e o bebê (Bustamante et al. 2017). Não à toa, a separação do filho é uma constatação que causa angústia em Fernanda, que nos diz como “vai deixar de existir e se tornar apenas sombra” a qualquer momento. Nesse contexto, ela concorda com a escola ao descrever William, “agitado e disperso” e diz que ele se parece com ela, pois é “nervoso” e “impaciente”. Assim, nesse vínculo, mãe e filho são iguais no modo como se sentem: “nervosos” e “impacientes”. Fernanda também se iguala ao filho ao relatar sua dificuldade de se envolver e de confiar em outras pessoas. Essas aproximações em que Fernanda atribui a si os “rótulos” dedicados ao filho parecem tanto um modo de se solidarizar com ele, incluindo-o no grupo familiar, quanto de acompanhá-lo no modo como ela própria se sente.

Pode-se estabelecer uma relação entre esse “nervoso” e o isolar-se dos outros à sensação de inadequação constante gerada pelo sofrimento racial. Silva (2019) a descreve como uma ameaça psicológica para os negros, produto de marcas psíquicas de humilhações, impedimentos e manutenção de um lugar social de subordinação e inferiorização nas relações sociais e pessoais.

Relatos de Fernanda sobre seu cansaço e impaciência também podem ser relacionados à missão “solo” da maternidade, na qual os outros pouco se disponibilizam a dar suporte. Abdicar do cansaço é um ato denegado, rejeitado, e, diante disso, Fernanda pode permanecer valorizada sob a imagem da mulher guerreira. Com recorrência, ela menciona a falta de tempo para cuidar da própria saúde, para namorar e para se divertir. Um de seus desejos era voltar a se relacionar, mas acredita que ninguém iria querer ficar com ela quando percebesse o quanto vive para cuidar de William. O terreno das escolhas afetivas pode ser emocionalmente desafiador para as mulheres negras, na medida em que o ideal de beleza é imposto como um valor da mulher branca, e as negras são erotizadas e preteridas no “mercado matrimonial” (Schucman, 2018).

A premissa de atender ao papel da “boa mãe”, para Fernanda, marca um compromisso inscrito em ambos os vínculos com seus pais e com seu filho. Esse status é uma possibilidade de se valorizar através do lugar familiar que lhe é delegado, ganhando um sentido defensivo de renúncia, de sacrifício. Esse tem como enquadre o lugar social atribuído às mulheres negras brasileiras, que Gonzalez (2020) descreve através de imagens presentes no mito da democracia racial: da mulata, hipersexualizada, e da doméstica, servil e invisibilizada, ambas apagadas em sua vida subjetiva e afetiva. Desse modo, Fernanda mantém-se dedicada às preocupações e tarefas do cuidado e renuncia aos próprios desejos de realização pessoal. Segundo Kaës (2009 apud Castanho, 2015), como as alianças são inconscientes, os sujeitos desconhecem aquilo que está em jogo para cada um no vínculo.

Por outro lado, mais uma vez, fica o alerta sobre a participação dos pactos narcísicos da branquitude, vínculos que rejeitam e excluem as pessoas negras enquanto beneficiam pessoas e instituições da branquitude. Assim, a dinâmica de cuidados com William evidencia que agentes como a escola e o pai encontram maneiras de se esquivarem do que também lhes cabe responsabilidade, ao transferir culpa à mãe. Não poder confiar na responsabilidade paterna de seus parceiros é um dos motivos que aparece quando mulheres negras se encontram em um estado de solidão afetiva (Pacheco, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, a raça foi compreendida como organizador sociocultural dos vínculos familiares no contexto de um serviço de saúde mental infanto-juvenil. Espera-se que tal perspectiva possa contribuir para pensar o lugar das famílias no enfrentamento e (re)produção de racismo. Os resultados se alinham à afirmação de que o afeto, ao mesmo tempo em que é essencial para manter laços que deixam suportáveis as discriminações, pode gerar experiências positivas que compelem a ignorar tensões raciais (Hordge-Freeman, 2018). Foi necessário retomar a ideia de racismo como metaenquadre, lembrando que não se pode entender situações de racismo como isoladas, pois são ordem de um discurso socialmente engendrado e, portanto, aprendido e transmitido através dos vínculos (Costa, 2015; Costa, 2020). Assim sendo, o racismo se coloca como entrave para que a família e outras instituições, como a escola e a saúde pública, ofereçam um ambiente seguro e favorável ao desenvolvimento da criança (Bustamante et al., 2017).

As declarações raciais das crianças realizadas por suas famílias permitiram identificar o perfil majoritariamente negro das frequentadoras e constatar o que outros estudos já demonstram sobre as declarações raciais. As identificações raciais são resultado de um pareamento afetivo com algo ou alguém que quer para si como modelo; não são estáticas, são processualidades em que se situa o próprio pertencimento a um grupo ou outro (Costa & Schucman, 2020). Destacaram-se, nos resultados, as declarações como “amarela”, “parda” ou até “negra” para pessoas de fenótipo branco, que têm cabelos cacheados e escuros ou pele “amarela”. Costa (no prelo) analisa que pessoas brancas podem ressaltar certas características - como ser pobre ou ter um marcador corporal negro, como nariz “de batata” - para se distanciar da imagem de algozes, negando vantagens que têm sobre pessoas negras. Observou-se também como algumas mães orientam os filhos para que se afirmem positivamente como negros, contrapondo-se à ideologia do branqueamento.

Foi possível verificar que a pergunta sobre a identificação racial proporciona um espaço para que os próprios sujeitos retomem um discurso sobre si, o que é um modo de exercer autonomia (David, 2021). A declaração racial é fundamental para o acolhimento de crianças e adolescentes negros, de modo que se possa identificar suas demandas específicas de saúde e incorporar esse dado como transversal em todo o percurso de cuidado (David, 2021). Na infância, esse processo envolve compreender os grupos que são referência para a criança, tendo em conta

que os vínculos dão sentido para o seu mundo intrapsíquico e são base para sua subjetivação.

No caso de William, a análise levou a entender a relação de seu tratamento diferenciado na escola com uma tolerância menor em relação às crianças negras. Para famílias negras, pode ser importante atender a determinados parâmetros para estar onde se está, não tendo espaço para erros (Hordge-Freeman, 2018). Então, demandas de medicalização e queixas de agressividade exigem questionamento sobre um viés racial (Lima, 2021). Não se trata de negar outros aspectos sobre seu desenvolvimento, mas de compreender que, para crianças negras, obstáculos se colocam em um país onde a raça tem o poder de estruturar as vivências, os espaços constituídos de expectativas e exigências (Souza, 2021). Corre-se o risco de constranger e retirar a criança do espaço escolar, ameaçando-se, assim, seus direitos de liberdade e cidadania (Braga & Ventura, 2021).

Reconhecer a dimensão racial no cuidado à saúde mental possibilitou verificar como Fernanda, uma mulher preta, defende-se através dos vínculos, faz o possível para lidar com impedimentos e garantir ao seu filho a permanência na escola em tempo integral. Nesse caso, como em muitos no programa Brincando em Família, destaca-se a relação estabelecida com as instituições, com as quais famílias negras negociam garantias, o que poderia ser melhor examinado em outros estudos. Muitas vezes, instituições públicas se pretendem universalistas, não-racistas, mas se tornam um lugar de exclusão para pessoas negras (Instituto Amma, 2008).

Como o primeiro estudo sobre as relações raciais no programa Brincando em Família, algumas limitações são colocadas, como a análise de caso único, que dificulta generalizações, e as observações e os documentos dos atendimentos como únicas fontes do trabalho. Por outro lado, o contexto de cuidado e acolhimento, além da continuidade no comparecimento das famílias, pôde favorecer o entendimento da dinâmica familiar. A análise do caso corresponde à postura adotada pela equipe do Brincando em Família, que busca a centralidade de cada criança e sua família em particular e a subjetividade como algo que se constrói na relação com o ambiente (Bustamante et al., 2017).

REFERÊNCIAS

- Bento, M. A. S. (2016). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Org.) *Psicologia social do racismo* (6a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Bento, C. (2022). *O Pacto da branquitude* (1a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Braga, C., & Ventura, S. (2021). Apontamentos sobre a defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes em CAPSij a partir das questões raciais. In S. Barros et al. (Orgs.), *Atenção psicossocial a crianças e adolescentes negros no SUS: caderno de textos*. São Paulo: EEUSP. https://www.ee.usp.br/cartilhas/Cadernos_de_textos_Atencao_psicossocial_a_crianças_e_adolescentes_negros_no_SUS.pdf
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bustamante, V., Oliveira, R., & Rodrigues, N. B. (2017). Acolhida e cuidado a crianças e famílias em um serviço de saúde mental infantil. *Psicologia Clínica*, 29(3), 429-447. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000300005
- Bustamante, V., & Flynn, A. (No prelo). Gender, race and “externalizing problems” in a child mental health service. *Psicologia em Estudo*.
- Brito, A. E. C. de. (2013). Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serviço Social em Revista*, 15, 74-102. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v15n2p74>
- Castanho, P. (2015). O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(2). <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2015v6n2p92>
- Costa, E. S. (2015). Racismo como metaenquadre. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 62, 146-163. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p146-163>
- Costa, E. S. (2020). Vínculos, Grupos e Redes em Prol da Vida ou na Pactuação Racista para a Produção de Morte. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)*, 12, 78-107. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1117>

Costa, E. S. (No prelo). Quando se quebra o instituído ou acerca de ser branca mestiça.

Costa, E. S., & Schucman, L. V. (2022). Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(2), 466-484. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>

David, E. C. (2021). Desafios das equipes para acolher crianças e adolescentes negros em CAPSij: relato de uma experiência de pesquisa. In S. Barros et al. (Orgs.), *Atenção psicossocial a crianças e adolescentes negros no SUS: caderno de textos*. São Paulo: EE/USP. https://www.ee.usp.br/cartilhas/Cadernos_de_textos_Atencao_psicossocial_a_crianças_e_adolescentes_negros_no_SUS.pdf

Faustino, D. (2019). O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clínica & Cultura*, 8(2), 82-94. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000200007&lng=pt&tlng=pt.

Gomes, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In *Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela lei 10.639*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf

Gonzalez, L. (2020). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hordge-Freeman, E. (2018). *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras* (1a ed.). São Carlos: EDUFSCAR.

Instituto Amma. (2008). Entrevista com Isildinha Baptista Nogueira. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Instituto Amma Psique e Negritude.

Kaës, R. (2011a). A realidade psíquica do vínculo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 45(4), 155-166. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0486-641X2011000400017

Kaës, R. (2011b). *Um singular plural* (1a ed.). São Paulo: Loyola.

- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF. https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoõesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia
- Lima, R. C. (2021). Medicalização na infância e adolescência: questões para a RAPS e notas sobre o tema “raça/cor”. In S. Barros et al. (Orgs.), *Atenção psicossocial a crianças e adolescentes negros no SUS: caderno de textos*. São Paulo: EEUSP.
- Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 19(1). <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>
- Rezende, C. B. (2016). Imaginando o bebê esperado: parentesco, raça e beleza no Rio de Janeiro. *Etnográfica*, 20(2), 231-249. <https://doi.org/10.4000/etnografica.4258>
- Santos, A. de O. dos, Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 166-175. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>
- Santos, C. L. B. dos, & Santos, M. A. dos. (2022). Campanhas, letreiros, luz de polícia: sobre ser negro, gay e filho de família interracial. *Psicologia e Sociedade*, 34. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34246174>
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2017). Racismo na Família e a Construção da Negritude: Embates e Limites entre a Degradação e a Posituação na Constituição do Sujeito. *ODEERE*, 2(4), 61-83. <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2366>
- Schucman, L. V., Mandelbaum, B., & Fachim, F. L. (2017). Minha mãe pintou meu pai de branco: afetos e negação da raça em famílias raciais. *Revista de Ciências Humanas*, 51(2), 439-455. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p439>
- Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. *Arquivos brasileiros de Psicologia*,

72(spe), 109-123. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672020000300009&script=sci_abstract

Schucman, L. V. (2018). *Famílias interraciais: tensões entre cor e amor* (1a ed.). Salvador: Edufba.

Silva, M. L. da. (2019). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In N. M. Kon, M. L. da Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil* (1a ed.). São Paulo: Perspectiva.

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Piza, E., & Rosemberg, F. (2016). Cor nos censos brasileiros. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo* (6a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Trachtenberg, A. R., Piva, Ângela B. S., Haeberle, D., Pereira, D. Z., Soares, G. F., Avritchir, R. A., & Mello, V. H. P. de. (2011). Por que René Kaës?. *Psicanálise - Revista Da Sociedade Brasileira De Psicanálise De Porto Alegre*, 13(1), 257–270. <https://doi.org/10.60106/rsbppa.v13i1.384>

Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.